

O processo de conquista da siderurgia nacional

Andrea Helena PetryRahmeier¹

Este artigo aborda a negociação do governo brasileiro, durante a II Guerra Mundial, com o objetivo de conquistar a siderurgia nacional.²Toda a documentação utilizada advém do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, (*Auswärtiges Amt*), doravante AA, com seus documentos diplomáticos; do Arquivo Nacional Alemão, no que se refere aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich* (*Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich*); e do Arquivo Nacional Alemão, sobre as questões militares (*Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv*).³ A utilização desse tipo de documentação se justifica porque esses são os órgãos, na Alemanha, responsáveis pelo assunto de que trata o presente artigo; conseqüentemente, têm os registros oficiais do governo alemão sobre a temática.

O estudo dessa documentação teve o cuidado de tentar averiguar por quem e para quem foram escritos os documentos. Isso proporcionou a análise do conjunto das informações elaboradas pelos diplomatas alemães sobre o assunto, dando condições de fazer uma intertextualidade entre os mesmos, isto é, tentar entender melhor a linha de raciocínio dos diplomatas e não apenas conhecer algumas afirmações, sem uma contextualização de cada um dos documentos analisados (ORLANDI, 2005).

A metodologia adotada na pesquisa foi o cruzamento fotocopiado e fotografado da correspondência e de outros documentos arquivados em cada um dos ministérios e dentro de cada órgão governamental, gerando uma análise sinótica da documentação diplomática e militar alemã.

O Contexto

¹ Doutora em História pela PUC/RS e professora Municipal de São Leopoldo.

² Esse texto é parte de um capítulo da tese de doutorado, defendida em março de 2009, intitulada “Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)”, a qual se baseou na documentação política, militar e diplomática das instâncias alemãs das respectivas áreas, comparando-as com a produção historiográfica brasileira

³ As duas primeiras instituições localizam-se em Berlim e a última, na cidade de Freiburg. A seleção dos documentos foi realizada no segundo semestre de 2006.

No período de setembro de 1939 a junho de 1941, persistiu o predomínio das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Todavia, os militares alemães começaram a registrar, sistematicamente, informações, principalmente sobre os navios cargueiros, tanto dos países neutros, quanto dos inimigos e dos aliados. Este registro, na grande maioria, não era individual de cada país, mas sim de regiões específicas, como, por exemplo, a América do Sul.⁴ Ao analisar a documentação, verificou-se que os dados foram produzidos a partir de observações levadas a efeito nos portos, tanto por pilotos da força aérea, quanto por pessoas/espíões, que telegrafavam de diversos países, além de reportagens jornalísticas enviadas tanto pelos postos diplomáticos quanto por cidadãos alemães que lá moravam.

Paralelamente, o período foi marcado pela consolidação das relações entre Brasil e Estados Unidos, em função da necessidade de preencher lacunas econômicas deixadas em virtude do bloqueio marítimo britânico aos barcos alemães e, por outro lado, pela força da pressão estadunidense sobre os ideais pan-americanos.

O embaixador alemão no Rio Janeiro, Curt Max Prüfer, com o fim de manter acesa a possibilidade das relações comerciais, em 18 de junho de 1940, perguntou ao AA se poderia contar a Vargas que havia interesse alemão em adquirir grande quantidade de algodão e café, e que seria possível sinalizar para uma tratativa sobre uma usina siderúrgica, assunto que já havia sido abordado entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro, em janeiro de 1938.⁵ Na referida correspondência, não consta nada que este telegrama possa ter sido incentivado pelas palavras pronunciadas por Vargas no famoso discurso no navio Minas Gerais. Não pode ser

⁴ No *Bundesarchiv – Militärarchiv in Freiburg* existem documentos esparsos sobre o Brasil antes de 1939; no entanto, no período posterior existem diversas encadernações sobre a temática: *Handelsschiffahrt* (cargueiros) *und Wirtschaftskrieg* (guerra econômica). Nelas encontramos muitas informações sobre o trânsito dos navios nos portos brasileiros. Foram elaboradas 110 encadernações sobre observações de navios cargueiros entre os anos de 1938 e 1944, sendo que cada uma das encadernações tem no mínimo 200 e no máximo 500 folhas. Outra informação importante, com o passar dos anos percebe-se que as informações cresceram em volume. Um exemplo destas encadernações é a pasta *Handelskrieg* (comércio de guerra) *und Handelsschiffsangelegenheiten* (assuntos sobre cargueiros) – *Deutsche Handelsschiffahrt – Schiffsbewegungen* (rota dos navios) – *nur Süd/Mittelamerika* (somente América do Sul e Central) que consta dentro do setor *Handelsschiffahrt und Wirtschaftskrieg*, com código de arquivamento: **RM7 2540** do BA MA (*Bundesarchiv – Militärarchiv in Freiburg* (Arquivo Nacional Alemão – Arquivo Militar em Freiburg).

⁵ Telegrama nº 615, de Prüfer ao AA, de 18 de junho de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA (*Politischen Archiv des Auswärtigen Amtes* - Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha).

Transcrito também no livro *Akten* (s/d, p. 494 a 495).

esquecido que a política diplomática alemã tinha por finalidade manter, na América Latina, a possibilidade de futuras relações comerciais e o comprometimento com a neutralidade. O Brasil não foi um caso isolado, apenas foi o ponto inicial. Em 19 de junho de 1940, foi autorizado que Prüfer propusesse a compra de grande quantidade de algodão e café para depois do término da guerra, momento em que a Alemanha retomaria sua capacidade econômica. Sobre a questão da siderurgia foi informado que seriam enviadas orientações posteriores. O diretor do departamento de economia do AA reforçou que era necessário esclarecer que o importante era a manutenção da posição brasileira de neutralidade.⁶ Em 20 de junho de 1940, conforme diário de Vargas (1995, p. 321), Prüfer procurou o presidente do Brasil para propor aquisição de algodão e café, para ser entregue no pós-guerra, que se esperava ser breve. No dia seguinte, Vargas afirmou ao embaixador alemão que lamentava que as relações comerciais não pudessem continuar prosperando, e agradeceu a proposta de aquisição para depois do término da guerra.

A Alemanha precisava manter a neutralidade dos países latino-americanos e garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais com eles retornassem à normalidade. Por essa razão, o ministro das relações exteriores da Alemanha, Ribbentrop, encaminhou um telegrama circular, de 2 de julho de 1940, para todas as missões diplomáticas na América-Ibérica, contendo orientações sobre como combater prováveis ações anti-alemãs dos EUA e da Inglaterra, bem como deveriam assegurar aos países latino-americanos em que atuavam que a Alemanha desejava manter relações comerciais em níveis superiores aos existentes antes da guerra.⁷ A documentação alemã aponta a necessidade de impedir a concretização da formação de um cartel econômico e de manter a neutralidade brasileira. Estes foram os motivos de diversas tratativas entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro.

As negociações entre a diplomacia alemã e brasileira estavam, cada vez, mais lentas, tanto que em 5 de julho, Prüfer pediu instruções do que deveria propor caso o governo

⁶ Telegrama nº 543, do AA para o Rio de Janeiro, de 19 de junho de 1940. Documento no livro *Akten*(s/d, p. 521 a 522).

⁷ Telegrama circular nº 142, de Ribbentrop para as missões diplomáticas na América-Ibérica, de 2 de julho de 1940. Transcrito no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 59 a 60).

brasileiro não fizesse nenhuma proposta concreta.⁸ Em 10 de julho de 1940, através de um telegrama, o AA deu diversas opções, entre elas, inclusive a entrega de uma siderúrgica, com o fim de conseguir o efeito político desejado, isto é, a garantia de neutralidade brasileira.⁹ Para Seitenfus (2003, p. 226), estas tratativas tinham duas razões, a excelente impressão dos discursos de Vargas (11 e 29 de junho) e o medo da “retomada de uma ofensiva econômica da América [EUA] no Brasil dirigida contra Vargas”. Provavelmente estas duas razões também tivessem influenciado, mas a necessidade da permanência da neutralidade e de garantir mercado para a compra de matéria-prima e a venda de manufaturas para depois do término da guerra, não pode ser descartada no rol de interesses alemães.

O governo brasileiro, conforme Prüfer, estava muito satisfeito com as vantagens que a Alemanha estava oferecendo, mas as negociações não progrediam. Uma das hipóteses levantadas era que as negociações não seguiram adiante em função dos rumos que a guerra estava tomando, isto é, que o fim da mesma não parecia próximo.¹⁰ Esta situação se perpetuou ao longo do ano de 1941.¹¹

Especificamente sobre a siderurgia

Desde 1939, havia negociações de cooperação entre EUA e o Brasil para a construção de uma siderurgia nacional no Brasil. Em 5 de agosto de 1939, foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional (DHBB).¹² Em 16 de janeiro de 1940, Vargas teve a notícia de que a *United States Steel* (empresa estadunidense) negou cooperação financeira ao plano de criação de uma siderúrgica no Brasil (VARGAS, 1995 p. 287). Por estar em um período de guerra, as negociações em torno dos planos, para o complexo siderúrgico, levaram em conta a situação de conflito, e, devido às dificuldades, Vargas desistiu da associação com empresas estrangeiras, optando pela constituição de uma empresa

⁸ Telegrama nº 669, do Rio de Janeiro ao AA, de 5 de julho de 1940, arquivado dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁹ Telegrama nº 595, 3374, de 10 de junho de 1940, do AA para Prüfer, arquivado dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

¹⁰ Telegrama nº 774, do Rio de Janeiro ao AA, de 7 de agosto de 1940, arquivado dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

¹¹ Documentos arquivados dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

¹² Presidida por Macedo Soares, era integrada ainda por Joaquim Arrojado Lisboa, João da Costa Pinto e por Plínio Cantanhede.

nacional, na qual o capital estrangeiro entraria sob a forma de um empréstimo de 20 milhões de dólares. Desta forma, em 4 de março de 1940, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 2.054, que criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, diretamente subordinada à Presidência da República (DHBB).¹³ Em 24 de maio de 1940, conforme diário de Vargas (1995, p. 314), foi retomado, junto aos EUA, o encaminhamento da comissão sobre a criação de uma siderúrgica nacional. Quer dizer, as negociações com os Estados Unidos já estavam encaminhadas, quando em 10 de julho de 1940, junto com outras tratativas comerciais, Prüfer foi orientado a informar que a Alemanha estaria pronta para entregar os meios para a criação de uma siderúrgica no Brasil após o término da guerra.¹⁴

O interesse alemão pelo plano siderúrgico brasileiro, noticiado no *New York Times*, teria alvoroçado os círculos políticos e financeiros dos EUA, conforme Heloisa Machado da Silva (2000, p. 14).¹⁵ Impossível especificar se foi em função desta notícia ou dos discursos pronunciados por Vargas, em 11 e 29 de junho de 1940, ou pelas duas razões juntas, fato é que o governo estadunidense, a partir de então, firmou acordos nas questões mais importantes para o Brasil, a criação de uma siderúrgica e a compra de armas. Em 24 de julho de 1940, Prüfer informou que o governo norte-americano estava viabilizando o projeto da siderúrgica junto ao governo brasileiro. Na tentativa de barrar esta tendência, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro questionou o que poderia ser oferecido pelo governo alemão.¹⁶ Na correspondência diplomática alemã, este assunto foi encerrado, provavelmente, por não ser possível fazer uma contra-proposta.¹⁷

Representantes do governo brasileiro e dos EUA, em fins de setembro de 1940, assinaram um acordo que assegurava um crédito inicial de 20 milhões de dólares para a

¹³ Integrada, entre outros, por Guilherme Guinle e o Macedo Soares.

¹⁴ Telegrama nº 595, 3374, de 10 de julho de 1940, do AA para Rio de Janeiro, arquivado dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA. Este telegrama não deixa dúvidas de que a proposta era para após o término da guerra.

¹⁵ O governo norte-americano resistia à idéia de financiar a construção de uma grande usina siderúrgica brasileira, porque na prática representaria a quebra do monopólio estadunidense e europeu da produção de aço.

¹⁶ Telegrama nº 722, de 24 de julho de 1940, do Rio de Janeiro para o AA, arquivado dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

¹⁷ McCann (1995, p. 163) informou que Aranha havia contado ao embaixador estadunidense no Rio de Janeiro, Jeferson Caffery, que em início de setembro a Krupp teria feito uma contra-proposta, mas na documentação alemã não consta nada.

instalação da siderúrgica por uma empresa do Estado Brasileiro (SEINTENFUS, 2003, p. 238; MCCANN, 1995, p. 163).¹⁸ A diplomacia alemã, no início do mês de outubro de 1940, informou ao AA a efetivação do acordo firmado entre EUA e Brasil sobre o financiamento de uma siderúrgica em solo brasileiro. Na correspondência da diplomacia alemã, se percebe o medo que havia na intensificação das relações entre Brasil e EUA.¹⁹ Em 30 de janeiro de 1941, Getúlio Vargas, através de um decreto-lei, determinou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e, em 9 de abril de 1941, realizou-se a assembléia geral de criação da mesma (DHBB).²⁰ Assim, se encerraram as possibilidades de tratativas alemãs para tentar financiar a criação de siderúrgica brasileira.

Interessante, que a diplomacia alemã percebeu que estava fazendo parte de um jogo de interesses, pois, em abril de 1941, Prüferinformou ao AA que a cada insinuação alemã de uma proposta de negociação para depois da guerra, os EUA faziam uma nova proposta, como, por exemplo, a questão da siderurgia.²¹ Essa situação caracteriza a “condescendência pragmática”, conceito difundido por Letícia Pinheiro (1995, p. 108 a 119). Isto é, a proximidade entre Brasil e Estados Unidos intensificou-se a partir da impossibilidade de comércio entre Brasil e Alemanha, em função do bloqueio continental, desde fins de 1939. Outra característica foi a crescente habilidade dos governantes brasileiros em conciliar os interesses internos (viabilização do projeto da siderurgia, a aquisição de armas e o comércio em geral) aos ideais pan-americanos e aos objetivos dos EUA. Isso ocorreu por causa do surgimento de uma nova conjuntura, a guerra. Após 1941, a “condescendência pragmática” foi intensificada, dando sinais a um alinhamento militar entre Brasil e EUA, este processo foi energizado pelos rumos comerciais e militares que estavam sendo efetivados.

Nesse contexto, o conceito “equidistância pragmática” de Gerson Moura, que defende que a Missão Aranha, em fevereiro e março de 1939, representou a primeira quebra da

¹⁸ Existe uma pequena divergência no tocante à data, pois Seitenfus afirma que a questão foi encerrada em 25 de setembro e McCann informa que foi em 26 de setembro.

¹⁹ Correspondência de outubro de 1940, arquivada dentro de *HandaktenWiehl - Brasilien*(10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

²⁰ A Companhia Siderúrgica Nacional que foi construída na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, começou a operar em 1946, dois anos após os planos iniciais de término da construção da mesma.

²¹ Telegrama nº 599, de 19 de abril de 1941, secreto, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do *HandelspolitischeAbteilung IX*, na pasta *Aktenzeichen: Wirtschaft – allgmeinewirtschaftliche Lage in Brasilien*(1936 – 1941), com o código de arquivamento: **R-115370** do PAAA.

equidistância e que “os maiores ganhos da política externa do governo de Vargas tenham ocorrido no período de quebra da “equidistância pragmática” e não durante sua vigência” (MOURA, 1980, p. 115 e 185) não sintetiza toda a conjuntura do momento. Gerson Moura entende que tanto a Alemanha quanto os Estados Unidos tinham iguais condições em atender às necessidades brasileiras de armamentos e siderurgia (MOURA, 1980). Entretanto, pela documentação, a diplomacia alemã não tinha essa pretensão, sabia das suas limitações e todas as suas promessas eram para serem executadas depois do término da guerra. Acredita-se que o governo brasileiro, sabedor das limitações alemãs, tenha induzido as negociações com os Estados Unidos, distorcendo um pouco as intenções alemãs, para barganhar mais benefícios. Nesse sentido, a definição de “condescendência pragmática”, de Letícia Pinheiro, ajuda no entendimento do período em questão, a qual se pretende como um aperfeiçoamento da definição de “equidistância pragmática”.²²A partir de 1941 houve o início de um realinhamento brasileiro com os EUA, pois estes intensificaram as negociações no esforço de estabelecer o seu sistema de poder. A política externa brasileira teve conquistas concretas, a partir de 1941, na fase de realinhamento, em função das necessidades advindas do rumo que a guerra estava tomando. Entretanto, acredita-se que houve uma intensificação de um processo iniciado anteriormente, que cabe melhor na definição de “condescendência pragmática”, porque o governo brasileiro não tinha muitas escolhas, mas, mesmo assim, conseguiu impor algumas condições para um alinhamento com os Estados Unidos. Isto é, o governo brasileiro passou a utilizar-se das ofertas vantajosas propostas pela Alemanha, para barganhar vantagens junto aos EUA. Vargas sabia que, naquele momento, não poderia esperar nada da Alemanha, em função do bloqueio continental, e em caso de precisar assumir uma posição, esperava que esta lhe trouxesse pelo menos alguma vantagem.

Esta “condescendência pragmática” vai se tornar visível para a Alemanha a partir de junho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira passaram a ser pessimistas, em virtude de algumas declarações das autoridades brasileiras. Prüfer em diversos documentos

²² Letícia Pinheiro conseguiu desenvolver e aprofundar a conceituação de “equidistância pragmática”, bem conhecida pela historiografia. A própria autora, ao criar esta nova terminologia, sentiu muito não poder ter discutido com Gerson Moura, em função deste ter falecido no auge da sua produção historiográfica.

diplomáticos deste período descreveu que o Brasil estava cedendo aos interesses dos EUA.²³ Quer dizer, a correspondência ponderava que o governo brasileiro estava sendo influenciado pelos Estados Unidos, principalmente, em muitas ações efetuadas pela Campanha de Nacionalização. Entretanto, passaram também a acreditar que o Brasil estava cedendo aos desejos e aos ideais de defesa daquele país e não apenas sendo influenciado.

A partir de 26 de junho de 1941, discursivamente, Vargas passou a pôr os ideais pan-americanos acima da posição de neutralidade, pois na entrevista publicada no jornal argentino *La Nacion*, constava que o Brasil permaneceria neutro enquanto não fosse atacado ou não fossem violados os ideais pan-americanos de solidariedade.²⁴ Com esta fala pública, as incertezas passaram a fazer parte do dia-a-dia do trabalho diplomático alemão.

O principal interesse da Alemanha consistia em manter a neutralidade dos países latino-americanos e em garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais retornassem à sua plena normalidade. Para assegurar isto, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha encaminhou, para todas as missões diplomáticas na América-Ibérica, uma correspondência reafirmando esta necessidade. Descaracterizando a ideia, até então difundida na historiografia, de que as propostas alemãs foram fruto dos discursos de Vargas de 11 e 28 de junho de 1940 e não de uma proposta comercial para ser efetivada após o término da guerra e de um auxílio na implementação da siderurgia brasileira. Concorde-se que estes discursos podem ter agilizado o processo de efetivação destas propostas.

Considerações ...

Constata-se que Vargas pretendia manter a política externa em duas frentes, deixando abertas as possibilidades de negociação com EUA e a Alemanha. No entanto, em seu governo havia posições divergentes. Os militares acreditavam mais na possibilidade de aquisição de armas junto à Alemanha, em função da sua superioridade militar e das demonstrações em querer entregar o material encomendado, por outro lado, Oswaldo Aranha defendia uma

²³ Telegramas do mês de junho e julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *BürodesStaatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

²⁴ Telegrama nº 1168, de 27 de junho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *BürodesStaatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

aproximação com os Estados Unidos, desenvolvendo uma política externa de aproximação com estes e de apoio ao pan-americanismo. No entanto, os rumos da guerra demonstraram que as armas encomendadas na Alemanha não teriam como chegar aos portos brasileiros em função da guerra e os EUA passaram a repensar a possibilidade de atender à demanda brasileira. Todo este contexto, a partir da metade de 1941, tornara visível a distância, cada vez mais profunda, entre o Brasil e a Alemanha. Isto porque os elos que uniam estes dois países foram se diluindo, as relações comerciais e militares estavam sendo barradas pelo bloqueio continental inglês. As relações políticas, ainda estavam acesas, mas baseadas em elos muito frágeis. Ou seja, Estados Unidos e Alemanha procuraram, cada qual, ocupar o espaço em relação ao qual o Brasil tinha interesse, e Vargas soube valer-se disso e manter a neutralidade, negociando com ambos, até onde foi possível. Todavia, não se sabia quanto tempo poderia durar a guerra, podendo ser dias ou anos.

A diplomacia alemã continuou informando todos os passos do presidente e de todas as discussões na política brasileira.²⁵ Nos relatórios, aos poucos, concluía-se que o Brasil estava se curvando aos interesses estadunidenses.²⁶ Os crescentes indícios de dúvidas sobre a permanência do governo brasileiro na posição de neutralidade passaram a fazer parte de todas as correspondências entre os representantes de postos diplomáticos na América e que atuavam dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

As questões comerciais envolvendo o Brasil e a Alemanha, neste momento, se reduziram às negociações para a compra de navios alemães ancorados nos portos brasileiros, desde o início do conflito na Europa. Em síntese, as relações entre Brasil e Alemanha, durante os primeiros anos da II Guerra Mundial, foram de descontinuidades, pois eram guiadas pelas circunstâncias, não seguindo uma política constante, só tendo como objetivo a manutenção da neutralidade e a projeção de futuras relações comerciais. Para isso, em algumas ocasiões, chegaram a ocorrer jogos de promessas e intrigas. Um exemplo disto ocorreu em junho/julho de 1940, quando foi ventilada junto à imprensa estadunidense a intenção alemã de bancar a criação de uma siderúrgica no Brasil. Esse procedimento gerou, entre autoridades

²⁵ Telegramas arquivados no *BürodesStaatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

²⁶ Relatório interno do AA, de 16 de agosto de 1941, arquivado dentro do *BürodesStaatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

estadunidenses, certo medo, ainda que nunca se poderá confirmar os motivos do acordo firmado entre EUA e Brasil, em setembro de 1940, porque não existe um documento esclarecendo-os. Sendo assim, as afirmações neste sentido são conjecturas que não podem ser aprovadas.

A consolidação do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos ocorreu em função da necessidade de preencher as lacunas econômicas deixadas pelo bloqueio marítimo britânico e por força da pressão estadunidense em favor dos ideais pan-americanos. Entretanto, o governo brasileiro conseguiu algumas vantagens, como o financiamento para a criação da siderurgia nacional. Adotou-se a terminologia de “condescendência pragmática” para caracterizar este momento, pois esta foi marcada pela habilidade do governo brasileiro em conciliar os interesses internos, viabilização do projeto da siderurgia, a aquisição de armas e o comércio em geral, aos ideais pan-americanos. Esta “condescendência pragmática” vai se tornar visível para a Alemanha em julho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira em relação à Alemanha passaram a ser pessimistas e se confirmaram com a assinatura dos acordos comerciais, de criação da siderurgia e de compra de armamentos com os Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

AKTEN zur deutschen auswärtigen Politik 1918 – 1945. Serie D: 1937 - 1941, Band I – XIII. Göttingen: Verlag Vandenhoeck & Ruprecht, s/d.

AKTEN zur deutschen auswärtigen Politik 1918 – 1945. Serie E: 1941 - 1945, Band I – VIII. Göttingen: Verlag Vandenhoeck & Ruprecht, s/d.

ALVES, Vágner. 2002. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora PUC Rio/ Edições Loyola, 207p.

BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: O Falso Dilema sobre o Início da Indústria de Base Brasileira. In: **Cena Internacional** – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL), Vol. 8, nº 2, 2006, p. 171 a 192. Disponível na Internet. URL: http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2006_2.pdf Acesso em: 12/09/2008.

BRASIL 1944. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2 v.

CORSI, Francisco Luiz. 1993. Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSANYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2ª Edição Revista, EDUSP, p. 3-16.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2000.

GAMBINI, Roberto. 1977. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo. (Coleção Ensaio e Memória; 4), 175 p.

GERTZ, René. 1999. "História Política." In: **Logos. Revista de Divulgação Científica**. Canoas: ULBRA, n.1, ano 11, maio [Especial de História e Política] p.13-23.

HILTON, Stanley. 1977. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (Retratos do Brasil; 105), 375p.

O III Reich e o Brasil. Rio de Janeiro: Laudes, 1968, vol. II (1939 a 1941).

LOPES, Roberto. 2008. **Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 543 p.

MCCANN, Frank D. A influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945. In: CPDOC (org.). **A revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 211 a 246.

_____. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. 1980. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira ruptura ou continuidade? In: CPDOC (org.). **A revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 573 a 596.

ORLANDI, Eni Puccinelli. 2005. **Análise de Discurso**. 6ª ed. Campinas: Pontes, 100p.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: **Revista USP**. São Paulo, n 26, jun/agos 1995, p. 108-119.

SANDER, Roberto. 2007. **O Brasil na mira de Hitler: A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 257p.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. 1985. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 488p.

_____. **O Brasil vai a Guerra**. 3ª ed. Baurer: Manole, 2003.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Getúlio Vargas: Diário**. São Paulo: Siciliano/FGV, 1995. 2 v.